



## Caderno de Provas

**CPCP – 35 – BJ ANALISTA DE CONTROLE INTERNO - BOM JESUS**

Edital Nº. 001/2022 – Bom Jesus/RN e São Tomé/RN

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
⋮				

- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

**Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social.**

Clara Balbi

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje — quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia — e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada — ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

Carlo Cafiero, economista e estatístico da FAO, afirma que o problema está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas", diz.

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população e menos com possíveis obstáculos no plantio ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que, segundo a FAO, fez com que 150 milhões de pessoas a mais do que o esperado sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia, que assombra lideranças mundiais há oito meses, tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do início do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas *commodities*, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguíram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto — convertendo-se em mercados dependentes dele. "Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles", diz a pesquisadora.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, que, de acordo com as projeções da FAO, deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas devido a mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

**CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI**  
**EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN**

Seja como for, é na retomada de uma produção local — em que o plantio de alimentos ou a criação de animais está próxima de seu consumo, e as relações de trabalho são mais justas —, que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir impostos sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", diz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos."

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

**01.** O texto objetiva, principalmente,

- A) apresentar embasamento científico para invalidar totalmente a teoria do economista Thomas Malthus.
- B) apresentar embasamento científico para justificar a relação entre a fome e a desigualdade social.
- C) explicar por que eventos como a pandemia de Covid-19 contribuem para o agravamento da fome.
- D) explicar a importância da agricultura de perfil familiar na construção de políticas de combate à fome.

**02.** De acordo com as informações do texto,

- A) as inovações tecnológicas contribuíram para negar a relação direta entre o problema da fome e o crescimento populacional.
- B) o pensamento de Thomas Malthus ainda influencia o mundo atual e serve como argumento para que ambientalistas defendam agendas anti-imigração.
- C) os Estados Unidos, ao incorporarem os excedentes de produção alimentar de outros países, cessaram a produção local de alimentos.
- D) as soluções que procuram atingir o consumidor individual apresentam contribuição nula na resolução dos entraves à produção de alimentos.

**03.** Sobre a organização do quarto parágrafo, é correto afirmar:

- A) a ideia central está explícita no segundo período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no primeiro e terceiro períodos.
- B) a ideia central está implícita, mas é depreendida dos dados apresentados no segundo e terceiro períodos.
- C) a ideia central está diluída e pode ser reconstituída a partir de informações contidas no segundo e terceiro períodos.
- D) a ideia central está explícita no primeiro período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no segundo e terceiro períodos.

**CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI**  
**EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN**

**04.** Em relação às citações do discurso alheio presentes no texto, analise as afirmativas abaixo.

- I. No parágrafo 8, há citação indireta em que o autor do texto transcreve as palavras do autor citado.
- II. Nos parágrafos 8, 9, 10 e 11, o autor do texto recorre à citação de discursos de um mesmo autor.
- III. No primeiro parágrafo, o autor do texto recorre, primeiramente, a uma citação indireta e, em seguida, a uma citação direta.
- IV. No parágrafo cinco, há citação direta por meio da paráfrase do discurso do autor citado.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

**05.** A palavra **que** foi empregada para retomar um substantivo em:

- A) Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.
- B) Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.
- C) A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional.
- D) Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles.

**A questões 6 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.**

[...] a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, **cuj**a ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja.

**06.** A palavra em destaque é

- A) um pronome, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação de posse.
- B) um pronome, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de posse.
- C) uma conjunção, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação condição.
- D) uma conjunção, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de condição.

A questão 7 refere-se ao período reproduzido a seguir.

É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis.

07. O conector que introduz a terceira oração poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por

- A) desde que.
- B) contanto que.
- C) apesar de que.
- D) uma vez que.

A questão 8 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.

08. Nesse contexto linguístico, o verbo em destaque atribui ao sujeito a ação de

- A) explicar.
- B) confirmar.
- C) identificar.
- D) prognosticar.

A questão 9 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos.

09. Sobre a palavra em destaque, é correto afirmar:

- A) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- B) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.
- C) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- D) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.

**A questão 10 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.**

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguiram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto, — convertendo-se em mercados dependentes dele.

- 10.** Sobre as possibilidades de pontuação do trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:
- A) a retirada da primeira vírgula mantém o sentido de explicação.
  - B) a retirada da segunda vírgula é sintaticamente adequada.
  - C) o travessão poderia ser substituído por uma vírgula.
  - D) o travessão poderia ser substituído por um ponto.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA**

11. Três candidatos prestaram concurso para a cidade de São Tomé-RN: André, Erick e Henrique. É conhecido que um ou mais deles conseguiu aprovação no concurso e que:

- V. se André foi aprovado, então Erick não foi aprovado no concurso;
- VI. ou Henrique não foi aprovado ou Erick não foi aprovado, mas não ambos;
- VII. Henrique não foi aprovado.

Sendo assim, conclui-se que:

- A) somente André foi aprovado.
- B) somente Erick não foi aprovado.
- C) não foram aprovados André e Henrique.
- D) não foram aprovados Erick e Henrique.

12. Observe a sequência a seguir:

C - 9	F - 24	J - 50	O - 90	? - #
-------	--------	--------	--------	-------

Considerando a ordem das 26 letras de nosso alfabeto e os números da sequência associados a elas, a soma dos quatro números conhecidos e o que ocupará a posição #, totaliza:

- A) 230.
- B) 320.
- C) 270.
- D) 380.

13. Considerando a lógica matemática, uma afirmação equivalente à afirmação: “as questões estão fáceis ou os concurseiros são inteligentes” é:

- A) as questões estão fáceis e os concurseiros são inteligentes.
- B) as questões não estão fáceis e os concurseiros não são inteligentes.
- C) se as questões estão fáceis, então os concurseiros são inteligentes.
- D) se as questões não estão fáceis, então os concurseiros não são inteligentes.

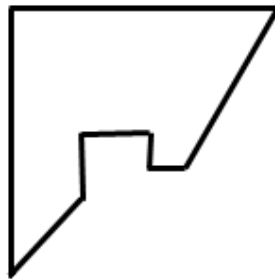
14. Considere as proposições apresentadas na ordem a seguir:

- I. A Alemanha foi campeã da Copa do Mundo de futebol de 2022;
- II. O produto de 0,5 por um número par resulta em um número inteiro.

Dadas essas informações, é correto afirmar que:

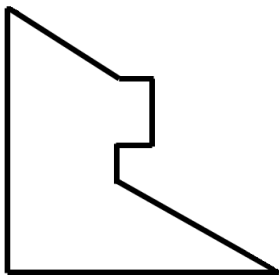
- A) A conjunção entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.
- B) A condicional entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.
- C) A disjunção entre as proposições I e II tem valor lógico falso.
- D) A bicondicional entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.

15. Um quadrado de cartolina foi cortado em duas partes. Uma delas está desenhada abaixo.

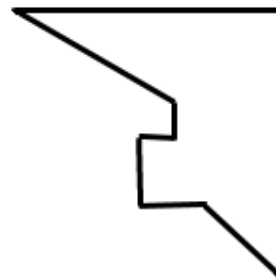


A outra parte que completa o quadrado corretamente é:

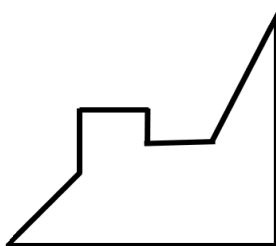
a)



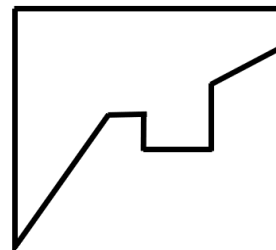
b)



c)



d)





**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – BOM JESUS**

16. A Lei 14.133/2021 traz, em sua redação, diretrizes gerais relacionadas ao processo de contratação no âmbito público. De acordo com esse normativo, é correto afirmar que
- A) as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada.
  - B) nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.
  - C) o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances – quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de adjudicação.
  - D) os atos praticados no processo licitatório são sigilosos, ressalvadas as hipóteses de informações cuja publicidade seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado, na forma da lei.
17. Um gestor público pretende realizar procedimento licitatório, com base nos ditames da Lei 14.133/2021, para reformar a quadra poliesportiva de uma escola municipal por meio da contratação de serviços de engenharia. Ao consultar a referida lei para verificar as possibilidades legais da empreitada, o gestor irá constatar que
- A) a contratação dos serviços de reforma será considerada de grande vulto caso o valor estimado do objeto supere R\$100.000.000,00.
  - B) a contratação deve ser efetivada por meio de licitação independentemente do valor da empreitada, considerando que a possibilidade de dispensa por valor se aplica apenas à compra de bens.
  - C) é possível que a contratação se efetive por meio de dispensa de licitação, desde que o valor do objeto não ultrapasse R\$100.000,00.
  - D) trata-se de uma hipótese de inexigibilidade de licitação, considerando a natureza social da escola.
18. A Constituição Federal é um dos instrumentos que materializam o exercício da democracia na sociedade do país, reunindo diretrizes gerais sobre direitos e deveres do cidadão, organização político-administrativa do Estado, atribuições dos entes federativos, dentre outros. Considerando o disposto na Constituição, é correto afirmar que
- A) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, em qualquer hipótese.
  - B) o servidor abrangido por Regime Próprio de Previdência Social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos 70 anos de idade.
  - C) os vencimentos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo poder Legislativo.
  - D) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

**CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI**  
**EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN**

19. A Nova Gestão Pública é uma teoria da Administração Pública que visa difundir conceitos voltados ao aperfeiçoamento do modelo de gestão adotado atualmente. Sobre essa abordagem, sabe-se que
- A) a Nova Gestão Pública é um conceito distante da realidade atual, considerando que o modelo é incompatível com o regramento da organização político-administrativa do Estado previsto na Constituição Federal.
  - B) a Nova Gestão Pública observada nos dias de hoje, no Brasil, constitui-se em uma versão aprimorada do modelo burocrático, em que o foco central permanece na eficiência dos procedimentos e tarefas, com a diferença de que, no Modelo Burocrático Clássico, não havia comprometimento com os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.
  - C) é característica marcante da Nova Gestão Pública a incorporação de conceitos e metodologias de gestão adotados na administração de empresas privadas, a exemplo do estabelecimento de indicadores de desempenho e utilização de técnicas de planejamento estratégico.
  - D) um dos preceitos da Nova Gestão Pública em ascensão é a melhoria da produtividade, razão pela qual a realização de concursos públicos não está alinhada à ideologia do conjunto de práticas difundido por essa abordagem.
20. A respeito dos Atos Administrativos, é correto afirmar que
- A) a ab-rogação é a revogação parcial de um ato administrativo.
  - B) a convalidação de um ato administrativo, ainda que sane seus vícios, não produz efeitos retroativos, refletindo-se, em regra, nos eventos posteriores à data de sua efetivação.
  - C) a anulação de um ato administrativo que apresente vícios insanáveis pela própria Administração Pública é possível por meio do exercício de sua autotutela, desde que autorizado por decisão judicial.
  - D) os atos administrativos que geraram efeitos de direitos adquiridos, em regra, não são passíveis de revogação.
21. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não fixadas na Lei do Orçamento ou que foram fixadas em valor insuficiente. Sendo assim,
- A) os créditos destinados a despesas urgentes e imprevisíveis podem ser abertos desde que esses sejam submetidos à autorização legislativa prévia.
  - B) os Créditos Especiais são reforços de dotações orçamentárias já previstas na LOA em valores insuficientes, e são abertos por meio de medida provisória.
  - C) os Créditos Extraordinários podem ter a vigência estendida ao exercício financeiro subsequente, sendo a indicação da fonte de recursos, para esses créditos, facultativa.
  - D) os Créditos Suplementares são destinados para despesas que não possuem dotação orçamentária prevista na LOA e são abertos por projeto de lei parlamentar.
22. As receitas e despesas públicas são subdivididas em etapas ou estágios a fim de se uniformizar a operacionalização do orçamento. O estágio de Arrecadação é um estágio da despesa pública que corresponde à
- A) da despesa pública e consiste na entrega do numerário ao credor, após a regular liquidação da despesa.
  - B) da despesa pública e corresponde à verificação do direito adquirido do credor, com o objeto de apurar a origem, o objeto a importância que deve ser paga e a quem se destina o crédito.
  - C) da receita pública e corresponde à fase em que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação.
  - D) da receita pública e corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro por parte dos contribuintes, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas.

**CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI**  
**EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN**

---

- 23.** A Lei Complementar Nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece, em regime nacional, os parâmetros a serem seguidos pelos entes públicos relativos à execução de gastos. Nela, são estabelecidos limites para a despesa total com pessoal em cada período de apuração e para cada ente da federação. Para municípios, em regra, as despesas totais com pessoal, em cada apuração, não poderão exceder o percentual da receita corrente líquida de
- A) 30%.
  - B) 40%.
  - C) 50%.
  - D) 60%.
- 24.** De acordo com a Lei Nº 4.320/64, as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, quanto ao aspecto contábil, são classificadas como
- A) Receitas Correntes.
  - B) Receitas de Capital.
  - C) Receitas Derivadas.
  - D) Receitas Originárias.
- 25.** A Lei de Nº 8.429/92, que versa sobre sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, prevê que a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos. A referida hipótese de afastamento será
- A) de até 90 dias, improrrogáveis.
  - B) de até 180 dias, improrrogáveis.
  - C) de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante decisão motivada.
  - D) de até 180 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada.
- 26.** A respeito dos conceitos relacionados à Auditoria Interna no serviço público, é correto afirmar que
- A) as boas práticas em Auditoria Interna recomendam a dispensa da adoção de Papéis de Trabalho nas situações em que o auditor opte por fazer uso da Matriz de Achados na execução dos trabalhos.
  - B) a Matriz de Achados reúne constatações e informações obtidas durante a execução da auditoria, bem como as propostas de conclusões, recomendações e determinações de providências.
  - C) a Matriz de Responsabilização é um documento utilizado na fase de planejamento da auditoria e, por meio dela, são divididas as tarefas e responsabilidades da equipe designada para a execução dos trabalhos.
  - D) o monitoramento de Riscos Inerentes não é aplicável nos trabalhos de Auditoria Interna Pública, sendo recomendado para instituições privadas.

**CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI**  
**EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN**

- 27.** A Auditoria Interna possui fundamental importância no serviço público, especialmente no que compete busca da garantia de legalidade e conformidade na execução dos processos, com reflexo direto no serviço final ofertado ao cidadão. São competências reconhecidas do Auditor Interno, dentre outras,
- A) aplicar punições àqueles que praticarem quaisquer ilegalidades no âmbito em que os trabalhos são desenvolvidos, podendo, inclusive, determinar a exoneração de ofício de servidores mediante decisão autônoma fundamentada.
  - B) planejar e executar diligências com a finalidade de garantir o fiel cumprimento dos normativos legais na execução dos processos internos de um órgão.
  - C) sancionar projetos encaminhados pelo Poder Legislativo, mediante delegação da Secretaria de Administração Municipal ou equivalente.
  - D) vetar, quando aplicável, decisões tomadas pelo Chefe do Executivo sem a obrigatoriedade de apuração prévia.
- 28.** De acordo com a Lei Complementar Nº 001/2009, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Bom Jesus, o valor do IPTU
- A) deve ser acrescido em 20% sobre o valor venal da propriedade nas hipóteses em que o imóvel possuir finalidades econômicas.
  - B) deve ser reajustado anualmente, com base no valor médio dos 5 últimos exercícios.
  - C) é reduzido em 30% se recolhido de uma só vez no prazo fixado pela administração no ato de lançamento.
  - D) é isento, desde que o imóvel possua valor venal inferior a R\$ 20.000,00.
- 29.** Conforme disposto na Lei Municipal Nº 275/2009, é uma competência expressa da Controladoria Geral do Município de Bom Jesus
- A) estruturar e apresentar ao Chefe do Executivo os Projeto de Lei Orçamentária anual, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, assumindo, quando delegado pelo Prefeito, a prerrogativa de promover alterações nos referidos documentos durante o exercício financeiro.
  - B) propor ao Prefeito a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, sugerir o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro e de contas bancárias.
  - C) realizar atividades de auditoria externa, quando autorizadas pela Câmara de Vereadores.
  - D) sustar atos administrativos irregulares mediante autorização prévia do Tribunal de Contas.
- 30.** Ainda de acordo com a Lei Municipal Nº 275/2009, as atividades de controle interno têm a função de subsidiar e orientar
- A) a gestão pública, a cargo dos Secretários, administradores e responsáveis pela arrecadação e aplicação dos recursos municipais.
  - B) os atos administrativos praticados pelo Tribunal de Contas.
  - C) os atos gerais de particulares que prestem serviços ao poder público municipal.
  - D) os procedimentos licitatórios, desde que envolvam a contratação de serviços de publicidade.